

O ano da educação

11 JAN 1996

EDGAR LISBOA

JORNAL DE BRASÍLIA

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que foi o integrante da cúpula do Governo mais elogiado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por sua atuação no primeiro ano da atual administração, entra 1996 cheio de planos para, por fim, transformar a educação em prioridade máxima para os brasileiros. 1996, garante ele, será o ano da educação.

Tudo deve começar a partir de uma campanha nacional — inspirado pelo governador de Brasília, o professor Cristovam Buarque — para convencer governadores e prefeitos de que o Brasil jamais poderá aspirar a um futuro melhor se continuar convivendo com seus atuais indicadores da área de ensino, que são péssimos.

Cristovam Buarque escreveu um artigo instigante para dizer que o País deve reagir diante do descalabro da situação das escolas com a mesma veemência com que os cariocas estão reagindo à transformação da Cidade Maravilhosa num inferno comandado por traficantes de drogas e sequestradores.

É bem possível até que exista firmada entre a sociedade brasileira uma consciência mais clara da importância da educação do que entre os seus governantes. Afinal, ensinava a velha doutrina eleitoreira, boas escolas e professores bem remunerados não dão votos. Melhor mesmo é inau-

gurar obras inconclusas ou abrir buracos para dar a impressão de trabalho.

Ocorre, porém, que a questão educacional não pode mais ser reduzida a essa velha fórmula ultrajante. Educação é hoje, mais do que um meio de formar cidadãos, a garantia de que um país vai se manter competitivo no comércio internacional. Foi com educação pública de boa qualidade que os países asiáticos deram a volta por cima.

A equação proposta por Paulo Renato Souza parece ser bastante simples. O Governo da União vai injetar dinheiro nos contracheques dos professores das redes estaduais, que, de modo geral, vivem à beira da miséria, mesmo nos estados mais ricos. O ministro da Educação anuncia que 60% dos valores do Fundo Nacional de Valorização do Ensino terão essa destinação. Só assim, será possível acabar com os indignos contracheques que em certos estados não chegam a dez reais. Quando engordarem os salários dos mestres, terá chegado a vez de a sociedade cobrar desses mesmos professores um ensino de melhor qualidade. Agora é pôr em prática para ver se funciona.

É importante ressaltar que o governo FHC inverteu a pernicioso situação que vinha de governos anteriores, quando se gastava muito mais

com a universidade do que com o ensino básico. Ora, as universidades federais, como se sabe, são estabelecimentos destinados ao atendimento da elite econômica do País, ou seja, aos poucos jovens que conseguem vencer os dois primeiros graus. Enquanto isso, de cada 10 crianças que ingressam na escola, menos de 60 concluem a quarta série. E o analfabetismo atinge 30% da população no Nordeste, por exemplo.

Este ano, as crianças terão merenda escolar por um número maior de dias letivos: serão 170 contra 101. Ninguém desconhece que há uma estreita relação entre a presença na escola e concessão de alimentos. Também é positivo que em 1996 um número maior de crianças receba mais livros didáticos antes do início das aulas.

No setor educacional, como em todos os outros da vida nacional, é grande o número de distorções que vêm se acumulando ao longo dos tempos. Mas, aparentemente, agora está começando a grande virada. Talvez em breve já possamos sonhar com algo que hoje nos parece impossível: que exista uma vaga para cada criança em idade escolar neste País.

■ O jornalista *Edgar Lisboa* é diretor-executivo da Agência Jornal do Brasil